



## SENTIPENSANDO O TERRITÓRIO COMO LUGAR DE VIDA A PARTIR DA IAP

Pamela Cichoski  
Doutoranda PPGDR-UTFPR

Marlize Rubin-Oliveira  
Profa. Doutora PPGDR-UTFPR

**Resumo:** No presente texto, buscamos refletir sobre o território como lugar de vida, por meio da IAP (Pesquisa-ação-participativa), como caminho para a coprodução de saberes-fazeres socioambientais enraizados no lugar. Nesse sentido, entendemos essa metodologia como uma proposta contra hegemônica e popular, voltada para a construção de relações mais horizontais e respeitosa, sujeito-sujeito, o compromisso político e social e o ritmo de reflexão-ação. Desse modo, acreditamos que a perspectiva decolonial, pode nos ajudar na compreensão e ressignificação da importância do lugar na produção dos territórios e de conhecimentos voltados para as pessoas, num movimento crítico e contrário à colonialidade do Poder, do Ser, do Saber e da Natureza, sentipensando formas “outras” de vida, produção e sensibilidades de mundo. Nossa experiência de pesquisa-ação-reflexão acontece no Centro de Integração Madre Maria Domênica (CIMMAD), bairro Padre Ulrico, em Francisco Beltrão, Paraná. E como caminho de inserção social e sistematização de saberes-fazeres socioambientais, buscamos por meio da realização da cartografia social, sentipensar o território como lugar de vida, envolvendo os sujeitos, seus saberes e fazeres, bem como suas sensibilidades de mundo e territorialidades cotidianas. Por fim, como elementos iniciais, dessa pesquisa em curso, podemos perceber a importância das relações socioambientais para a produção dos territórios e das territorialidades cotidianas, voltadas para a sustentabilidade da vida.

**Palavras-chave:** Território. IAP. Lugar.

### Introdução

No presente texto buscamos refletir sobre a coprodução de saberes-fazeres socioambientais enraizados no lugar, com o objetivo de perceber, tanto o lugar quanto os sujeitos como sentipensantes, em constante e múltiplas interações com a natureza. Esse exercício de análise, descrição, ação participativa e reflexão nos ajuda a pensar formas pluriversais de trabalhar com e para as pessoas, por meio da Pesquisa-Ação-Participativa (IAP), bem como caminhos “outras” de pesquisar, escrever e entender a realidade social.



A opção pela Pesquisa-Ação-Participativa (IAP), que adotamos segue as orientações de Orlando Fals Borda, importante sociólogo colombiano, que dedicou grande parte de sua obra para pensar questões voltadas ao desenvolvimento regional e local, com compromisso político e inserção social, bem como a produção de uma ciência popular por meio da metodologia IAP (CICHOSKI, 2021).

Nessa direção, estamos entendendo o território, como um lugar de vida a partir de uma perspectiva transescalar, transtemporal e multidimensional, em que o território é produzido socialmente contendo história e política, portanto relações de poder, redes e identidades interrelacionadas com a natureza (SAQUET 2007, 2009, 2017 e CICHOSKI *et.al*, 2021). E o lugar, a partir de uma perspectiva que considera a importância e centralidade da produção das territorialidades cotidianas, materializando no lugar as relações sociedade-natureza, bem como na produção de conhecimentos voltados para a sustentabilidade da vida (ESCOBAR 2005, 2011 e SAQUET, 2019).

Para tanto esse texto está dividido em dois momentos de análise e reflexão, em que no primeiro propomos um diálogo sobre a importância do território como lugar de vida, e no segundo refletimos sobre parte de nossa experiência de pesquisa-ação-participativa, sentipensando a coprodução de saberes-fazeres socioambientais no território. Cabe ainda mencionar, que nossa pesquisa está em andamento junto ao Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Pato Branco, nível doutorado, bem como contamos com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e nesse momento estamos debatendo uma pequena parte da pesquisa em curso.

## O território como lugar de vida

A compreensão do território como lugar de vida, perpassa sensibilidades de mundo voltadas para a sustentabilidade das relações sociedade-natureza, de modo que os sujeitos em suas práticas cotidianas valorizem o lugar e as naturezas coexistentes nos territórios, como partes integrantes dos modos de vida, enquanto formas de conservação e cuidado com a vida em sua pluriversidade.

Nesse sentido, optamos pela perspectiva decolonial, como um caminho que perpassa refletir criticamente a colonialidade do ser, do saber e do poder, como formas de violências que atravessam corpos e mentes dos sujeitos. Segundo Walsh (2006) e Grosfoguel (2008) no



movimento decolonial, emerge a necessidade de repensar e subsidiar outras práxis, voltadas para o enraizamento cultural e ambiental, com possibilidades de transformar as relações socioambientais, políticas e econômico-culturais, por meio de diálogos críticos que podem contribuir para a pluriversidade da vida.

Nesse contexto, a América Latina foi se configurando em um “espaço privilegiado de exercício da colonialidade do Poder” (QUIJANO, 2006, p. 57), caracterizado como um “cenário de des/encontro entre nossas experiências, nosso conhecimento e nossa memória histórica” (QUIJANO, 2006, p. 58). Em que, o eurocentrismo foi se firmando como “modo de produção e controle da subjetividade e em especial do conhecimento” (QUIJANO, 2006, p. 51), num movimento de colonialidade do Ser, do Saber e da Natureza (MIGNOLO, 2003; GROSGOUEL, 2008, ALIMONDA, 2011).

Essa leitura possibilita reflexões acerca das percepções de natureza presentes na América Latina, ao mesmo tempo que denuncia a perspectiva capitalista hegemônica sobre os sujeitos e os recursos naturais, entendidos como “espaço subalterno que pode ser explorado, arrasado, reconfigurado, segundo as necessidades dos regimes de acumulação vigente” (ALIMONDA, 2011, p. 22). Esta compreensão contribui para caracterizar a história de ocupação territorial e expansão do pensamento hegemônico num contexto de cinco séculos de invasão e implantação de monoculturas, que tem impactado negativamente a biodiversidade e os ecossistemas locais (ALIMONDA, 2011).

O contexto de expansão do capital, tem ampliado a pressão sobre “a apropriação da terra, da água, dos recursos naturais esgotáveis e biodiversidade” (SVAMPA, 2011, p. 190); desse modo, as lutas locais, tem fortalecido “a defesa do território, em sentido amplo, ou seja, concebido duplamente como habitat e comunidade de vida”, caracterizando diferentes formas de resistências, envolvendo tanto movimentos camponeses quanto indígenas e sócio territoriais.

Nessa perspectiva o movimento geo-epistemológico de análise e reflexão sobre a América Latina, permite perceber-la como a “primeira periferia do mundo moderno ocidental”, bem como os desdobramentos desse processo na cultura, na subjetividade, na construção social, na economia e na política (QUIJANO 2006; ALIMONDA, 2011). Ao passo que a modernidade se constituiu em um “paradigma linear de evolução histórica, instituindo-se noções de ‘processo civilizatório’, ‘progresso’ ou ‘desenvolvimento’, que haviam sido uma experiência única, patrimônio de alguns povos europeus” (ALIMONDA, 2011, p. 23); subjugando violentamente os sujeitos colonizados, a natureza e os modos de vida singulares.



Outrossim, para Svampa (2011) a divisão geopolítica e histórica do trabalho tem contribuído para a divisão desigual dos conflitos ecológicos e territoriais, sobretudo nos países - classificados pela visão moderna- como em desenvolvimento ou do Sul, ampliando internamente as desigualdades entre os setores sociais, caracterizando processos de “expropriação econômica, a destruição de territórios e a depredação ambiental” (SVAMPA, 2011, p.184), nestes espaços.

A história latino-americana, tem sido tecida pela colonialidade em suas múltiplas faces, em que são desenhadas as estruturas ontológicas e epistemológicas da modernidade. Assim, com a conquista da América Latina, tem-se o início de uma divisão em categorias hierarquizadas, que configuram a base do sistema capitalista moderno, o qual dicotomiza sociedade e natureza, dividindo, separando e classificando humanos e não humanos, sob a lógica eurocêntrica, negando os saberes dos povos originários (LUGONES, 2014).

Nesse movimento, foram se configurando as transformações intersubjetivas de compreensão do ser e da natureza, bem como das interrelações socioambientais, tanto no nível subjetivo do ser quanto da “sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica” (LUGONES, 2014, p. 938); redefinindo os modos de vida, a cultura e os níveis de pertencimento.

Com essa compreensão, pode-se entender a colonialidade como uma forma de classificação e categorização da dimensão humana dos sujeitos, dos seus saberes e sensibilidades de mundo, “caracterizando relações ontológicas, epistemológicas e cosmologias de poder e submissão” (CICHOSKI e WEDIG, 2022, p. 8). E a decolonialidade, segundo Mignolo (2017) é uma resposta as distintas formas de violência da colonialidade, propondo-se como uma outra opção, voltada para a pluriversidade, afastando-se da neutralidade, objetividade, universalidade e linearidade moderna.

O pluriverso, nesse sentido, pode ser entendido como uma “junção de saberes múltiplos” (BOACIK, RUBIN-OLIVEIRA e CORONA, 2020, p. 200); indo além do diálogo entre saberes, permitindo a tecitura de outras formas de produção de conhecimentos. Nesse sentido, “Saberes pluriversos buscam incluir diferenças, respeito pelo lugar do outro, reflexão, interiorização e absorção dos conhecimentos e experiências vivenciados por outros grupos sociais, pelos diversos gêneros e ambientes em suas individualidades e potencialidades” (BOACIK, RUBIN-OLIVEIRA e CORONA, 2020, p. 200).



Ou ainda, o pluriverso pode ser entendido dentro da coprodução de saberes-fazer socioambientais, como “a conexão e a comunicação da multiplicidade entre várias culturas do mundo, para formar uma rede de conhecimentos e inter-relacioná-los, desta forma garantir a participação e a liberdade de autonomia de todos” (BOACIK, RUBIN-OLIVEIRA e CORONA, 2020, p. 201), contribuindo para formação de territórios como lugares de vida.

Nesse contexto, faz-se importante mencionar nossa compreensão de território, territorialidades e lugar, no movimento de coprodução de saberes-fazer socioambientais, pensando o território como lugar de vida. Assim, entendemos que o território se configura a partir das territorialidades e temporalidades que tecem redes e relações sujeitos e naturezas (SAQUET, 2017), por meio de relações de mediação que dinamizam as transformações espaço-temporais.

Esse movimento, no entanto, perpassa entender o território a partir de uma perspectiva que contemple “heterogeneidades, complexidades, conflitos, disputas e redes de cooperação e desenvolvimento que podem ser regionalizadas e qualificadas a favor da população e da conservação ambiental” (CICHOSKI *et. al*, 2021, p. 7). Dessa forma, as relações sociais, político-econômicas, cultural-religiosas e de identidade, materializam-se nos territórios por meio das subjetividades dos sujeitos, seus modos de vida, saberes-fazer socioambientais, sendo mediadas por técnicas e tecnologias que impactam o espaço em diferentes níveis, escalas e intensidades (CICHOSKI *et. al*, 2021).

Com essa compreensão, concordamos com Raffestin (1993) quando afirma que no processo de construção das identidades caracterizadas nos territórios, conformam-se redes e nós de articulações múltiplas, bem como o espaço é anterior ao território, sendo formado historicamente, contendo ações humanas que configuram as territorialidades no espaço. Na mesma direção Saquet (2007), evidencia que construímos o território de maneira processual e relacional, portanto “As relações/interações da economia-política-cultura-natureza são múltiplas, complexas, heterogêneas e estão em unidade, em cada período, momento e lugar ou, em cada relação espaço-tempo” (SAQUET, 2007, p. 160). Assim, as territorialidades cotidianas são enraizadas no lugar e ao mesmo tempo fluidas, movimentando-se no território.

O território, nesse sentido, possui natureza fluida, relações de pertencimento e afetividades, bem como reconhecimentos e sentimentos de confiança e solidariedade, que coexistem com relações de conflitos e afastamentos, decorrentes do cotidiano dos sujeitos, seja em áreas rurais ou urbanas (CICHOSKI *et.al*, 2021). Os diferentes comportamentos e relações, objetivos e metas que dinamizam a criação e recriação do lugar, modifica o espaço e configura



os territórios, de modo dialético, determinando as relações sociedade-natureza (SAQUET, 2017).

Nessa direção, as relações de poder contidas no território favorecem a tecitura de redes, sejam de circulação ou de informação, reunindo a circulação de pessoas, saberes, experiências, bens, etc. Da mesma forma, a territorialização reflete a “multidimensionalidade” do que foi vivenciado pelos sujeitos no território, em que há um processo de coexistência de experiências de apropriação e transformação territorial, que deve ser analisada a partir do contexto social, histórico e espaço-temporal em que foram criados (RAFFETIN, 1993 e CICHOSKI et.al, 2021).

De modo geral, essa leitura nos leva a compreender que a partir das diferentes relações e redes tecidas pelos sujeitos nos territórios, em diferentes intensidades e escalas - locais, regionais, nacionais e internacionais- e na inserção de distintas áreas e/ou regiões, definidas no âmbito político-administrativo, como as políticas públicas de desenvolvimento ou planejamento e regionalização impactam os modos de vida, influenciando a configuração das redes e das interações sociedade-natureza (CICHOSKI, *et. al*, 221).

As práticas cotidianas, desse modo, ganham centralidade na leitura das territorialidades e do lugar nos movimentos e produção dos territórios, os saberes e modos de vida dos sujeitos são fundamentais na construção de relações socioambientais mais simétricas, horizontais e respeitadas (CICHOSKI e WEDIG, 2022). Essa compreensão possibilita a existência de particularidades entre “natureza e cultura, sociedade e natureza, paisagem e lugar, como entidades vivenciadas e profundamente históricas” (ESCOBAR, 2010, p.46), geradoras de pertencimento, identidades e significados.

Nessa direção, o lugar onde se vive, produz, habita e experiencia as interações com a natureza, é constituído por relações de poder que influenciam a configuração dos territórios e a produção dos saberes-fazer socioambientais. Outrossim, “as relações de poder também têm importância crucial nessa perspectiva, pois ocorrem no território e influenciam a produção de conhecimentos ou o silenciamento de saberes e fazeres que contrariam a lógica capitalista moderna” (CICHOSKI e RUBIN-OLIVEIRA, 2022, p. 36). Nesse movimento, concordando com Escobar (2010) o lugar ao ser marginalizado, sob à ótica da modernidade, produziu fissuras na compreensão da natureza, da cultura e da economia, transformadas em forças globais, mesmo coexistindo com formas outras e sensibilidades singulares de vida.





O que historicamente tem implicado no silenciamento dos lugares, negando sua contribuição para a produção de conhecimentos enraizados e úteis socialmente (CICHOSKI e RUBIN-OLIVEIRA, 2022). Desse modo, pode-se entender o lugar considerando a experiência de habitar, o enraizamento – enquanto pertencimento e identidade- contendo “limites (mesmo que permeáveis) e uma conexão com a vida cotidiana” (ESCOBAR, 2010, p. 47). Sendo o lugar, uma dimensão fundamental para configuração sociocultural dos sujeitos, com interrelações com a natureza, permeada por intersecções ambiente-cultura-desenvolvimento (FALS BORDA (2015 [1962], 1978 e ESCOBAR, 2005, 2010). Essa compreensão, evidencia a importância da reafirmação do lugar, na crítica à lógica capitalista e para o fortalecimento de práxis voltadas para a valorização e cuidado da natureza, da cultura e dos sujeitos.

O território – como lugar de vida - é para nós um marcador decolonial, que nos auxilia a compreender a dimensão epistemológica dos saberes, ao mesmo tempo que estrutura as ações ontológicas das relações sociais e com a natureza. Desse modo, os sujeitos deixam de ser o “Outro”, para constituírem um “Nós”, que pode possibilitar diferentes leituras do social, do lugar e do território, em íntima relação com a natureza e seus desdobramentos. A coprodução de saberes socioambientais, portanto, pode acontecer a partir das experiências que estamos sentipensando em conjunto com os sujeitos, respeitando seus modos de vida e sensibilidades de mundo, de modo a valorizar a história do lugar, os arranjos sociais e a teia de relações presentes neste território.

## 2- Experiências socioambientais no território

A reflexão proposta na análise do território como lugar de vida, requer refletir sobre a relação universidade-comunidade, por meio de um exercício que parte da práxis de ação-reflexão, enquanto meio de interpretação e compreensão de tais relações. Nesse sentido, buscaremos apresentar alguns aspectos da nossa experiência de pesquisa-ação-participativa, junto ao Centro de Integração Madre Maria Domênica – CIMMAD, bairro Padre Ulrico, Francisco Beltrão, Paraná.

Cabe mencionar, que a realidade geo-espacial que estamos inseridos no bairro Padre Ulrico, Francisco Beltrão, nos possibilita aproximações com a produção de territórios “outros”, com tempos, ritmos e singularidades que se contrapõem à lógica dominante. Nesse contexto, o lugar aparece com centralidade nas relações socioambientais, demonstrando a importância de projetos de extensão e de pesquisa-ação-participativa vinculados aos coletivos populares.



Nesse sentido, estamos entendendo a metodologia IAP como uma proposta contra hegemônica, em favor da construção de uma ciência popular, em que as relações universidade-lugar possam ser construídas a partir da realidade local, dos sujeitos e com compromisso político (FALS BORDA, 2012 [1972]). E para melhor explicar como estamos trabalhando e refletindo, tomamos como ponto de partida, os princípios fundantes dessa metodologia, sendo: i- compromisso político e social com as bases populares; ii- inserção social; iii- relação sujeito-sujeito; iv- comunicação adequada e contínua; v- ritmo de reflexão-ação, e; vi – produção coletiva de conhecimentos enraizados com o lugar (FALS BORDA, 2015 [1998]; CICHOSKI, 2021).

E para melhor demonstrar como estamos construindo nossa pesquisa e sentipensando território como lugar de vida, por meio da IAP, apresentamos as fases gerais (Quadro1), evidenciados por Fals Borda (2014 [1997], 2006 [1981], 2015 [1998]). Essas fases tem o objetivo de orientar os/ as investigadores/as no processo de pesquisa, com abertura e flexibilidade, sem perder a cientificidade e o compromisso com o ritmo de reflexão-ação (CICHOSKI, 2021).

Cabe destacar que nesse texto, iremos apresentar apenas a fase 5 “Ritmo de reflexão-ação”, descrita no quadro, tendo em vista que nossa pesquisa está andamento, conforme já mencionamos na introdução. Dessa forma, conforme Fals Borda (2006 [1981]), o “Ritmo de reflexão-ação” vem ao encontro de uma postura responsável dos/as investigadores/as com a produção de conhecimentos, valorizando os povos de base ou coletivos populares, bem como o ritmo espaço-temporal e os níveis de escolaridade dos sujeitos envolvidos no processo de pesquisa-ação-reflexão.

Esse movimento exige respeito aos sujeitos, bem como abertura para avaliações contínuas do processo de pesquisa e dos conteúdos sistematizados, sempre voltando-se para o movimento de ação-reflexão e reflexão-ação, com disponibilidade para o diálogo de saberes entre os envolvidos (FALS BORDA, 2006 [1981], CICHOSKI, 2021). Nesse sentido, a coprodução de conhecimentos pode acontecer por meio de diálogos de saberes, de modo que os coletivos populares fornecem as informações que serão sistematizadas, participando do processo e criando o ritmo de reflexão, que ocorre em conjunto com as ações participativas. Assim, o objetivo é criar uma relação de restituição dos saberes sistematizados com os grupos de base, e esse exercício vai se repetindo respeitando-se as lutas, necessidades e demandas dos sujeitos envolvidos (FALS BORDA, 2006 [1981]).





### Quadro 1: Metodologia IAP – Orlando Fals Borda.

Fase 1: Autenticidade e compromisso	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interações respeitosas e disciplinadas com o objetivo de auxiliar os movimentos de base.</li> <li>- Fuga do objetivismo.</li> </ul>
Fase 2: Antidogmatismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Movimento contrário ao dogmatismo.</li> <li>- Cuidado com princípios ideológicos puros.</li> <li>- Postura mediadora do investigador entre as instituições políticas e as bases populares.</li> <li>- Construção de uma ciência que parta das bases a partir de relações, humildes, inclusivas, integrativas, informativas e formativas.</li> </ul>
Fase 3: Devolução Sistemática	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valorização da cultura popular reconhecendo seu dinamismo.</li> <li>- Devolução sistemática, ordenada e humilde.</li> <li>- Movimento de desalienação e formação de conhecimentos para os diferentes níveis de alfabetização e condição social.</li> <li>- Comunicação diferenciada e simples.</li> </ul>
Fase 4: Retorno aos Intelectuais Orgânicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relações dialéticas entre as bases e os intelectuais no processo de investigação.</li> <li>- Formação de um grupo <i>ad hoc</i>, para a construção do conhecimento.</li> <li>- Visão total e integrada do conhecimento.</li> <li>- Interações em campo identificando os problemas reais que envolvem as bases populares.</li> </ul>
Fase 5: Ritmo de Reflexão-Ação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Articulação do conhecimento nas diferentes escalas e de modos diversos.</li> <li>- Ritmo constante de ação- reflexão permeado pela práxis.</li> <li>- Construção do conhecimento em espiral (do simples ao complexo).</li> <li>- Interações constantes entre as bases populares e os grupos de referências.</li> </ul>
Fase 6: Ciência Modesta/Popular e Técnicas Dialógicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ciência construída a partir das vivências cotidianas e simples, observando as questões locais, as condições socioeconômicas e da vida prática.</li> <li>- Postura do investigador, humilde para ouvir os diferentes discursos construídos nos diversos contextos culturais, manter relações simétricas – sujeito-sujeito.</li> <li>- Compreender os sujeitos de base como <i>sentipensantes</i>.</li> </ul>

Fonte: CICHOSKI (2021).

Para tanto, uma das formas que utilizamos para realizar essa fase da pesquisa, é o desenvolvimento da cartografia social, entendendo-a como um exercício estratégico da IAP, voltadas para a ação política, fortalecendo as lutas de resistência territorial (MANSILLA, 2021). Ou ainda, a cartografia social pode ser entendida, como uma das ferramentas da IAP, por auxiliar no processo de pesquisa o movimento de ressignificação dos territórios como lugar de vida, a partir das sensibilidades dos sujeitos e dos níveis de pertencimento ao lugar,



funcionando como técnica de diálogo e desenho dos símbolos, aspectos e elementos que configuram os territórios (MANSILLA, 2021).

Nessa direção, a cartografia social pode demonstrar aspectos e elementos que caracterizam a vida no bairro Padre Ulrico, por meio das sensibilidades dos sujeitos. Assim, ao nos inserimos no CIMMAD, por meio da pesquisa-ação-participativa, podemos compreender a produção do território como um lugar de vida e de resistências cotidianas, tecido pelas territorialidades.

O CIMMAD é uma instituição religiosa, sem fins lucrativos, que oferta atividades de contraturno escolar, para crianças de 4 a 12 anos, moradoras do bairro. Essa instituição é coordenada pela Congregação das Pequenas Irmãs da Sagrada Família e mantida pela Caritas Diocesana de Palmas. Outrossim, essa instituição abriga um projeto de extensão universitária da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE – campus Francisco Beltrão), denominado “Coletivo de Mulheres do Campo e da Cidade” (popularmente conhecido como Projeto das Plantas Mediciniais), que desenvolve atividades no bairro desde 2013, com o objetivo de preservar o patrimônio cultural das plantas medicinais.

Nesse contexto, nossas atividades congregam sujeitos que estão inseridos no projeto de extensão das plantas medicinais (grupo de mulheres) e do CIMMAD (equipe pedagógica e multidisciplinar). Desse modo, a cartografia social que estamos realizando no presente momento, conta com a participação das mulheres da horta comunitária.

De modo particular, a cartografia social (Figuras 1), foi desenvolvida com o grupo de mulheres da horta, em que caminhando pelo bairro, fomos registrando alguns lugares, ruas, prédios e espaços que contem significados singulares para as mesmas. Esse exercício, faz parte de um conjunto de encontros, em que estamos trabalhando o tema “Território como lugar de vida”, no qual buscamos entender como os sujeitos percebem o lugar onde vivem.

Conforme pode ser observado na figura, as sensibilidades dos sujeitos estão sendo registradas, por meio das fotografias (figura 1), de modo que os aspectos da vida cotidiana ganham destaque ao longo do processo. Essa cartografia social está sendo realizada em cinco momentos/encontros, contendo: i- um encontro para a roda de conversa e debate sobre os aspectos mais importantes do lugar – bairro e CIMMAD; ii- encontro em que realizamos o registro fotográfico; iii- encontro para a devolução sistemática (fase 3 desta metodologia); iv- roda de conversa para análise e reflexão da caminhada, bem como início dos desenhos, e; v- desenho e pintura da cartografia social.



**Figura 1 - Cartografia social – registros fotográficos**



Fonte: Oficina permanente (2022)

Cabe destacar que a cartografia está em andamento, sendo realizados os encontros i e ii, contendo importantes sensibilidades dos sujeitos, sobre o lugar onde vivem e a importância da horta comunitária e do CIMMAD, como espaços de diálogos de saberes e fazeres, bem como de solidariedade e participação social. Já os encontros iii, iv e v, serão realizados ao longo do segundo semestre de 2023, tendo em vista que o ritmo pesquisa-ação parte dos sujeitos, respeitando sempre seus modos de vida.

Nesse contexto, entre os aspectos mais relevantes já registrados nos dois primeiros encontros desta cartografia social em construção, temos a importância do CIMMAD, enquanto lugar de aprendizagens, brincadeiras e alimentação (olhar do grupo de mulheres, considerando a importância social da instituição no acolhimento das crianças do bairro), a presença do CRAS e do posto de saúde, para o atendimento de saúde e assistência social, as melhorias de infraestrutura das ruas que atendem essa parte do bairro, a distância dessa área do bairro das residências das famílias, que são atendidas pela instituição (grande parte das mesmas reside na área de ocupação Terra Nossa), e os elementos naturais como o Parque Ambiental Irmão Cirilo e a área de ocupação Terra Nossa.



Essa cartografia social tem nos revelado em seu processo, a tessitura de um território vivido, contendo conflitos e distanciamentos, bem como espaços de solidariedade – como o CIMMAD - participação social e auto-organização popular – como a horta comunitária Amarbem/CIMMAD e o Terra Nossa. Nesse sentido, o território como lugar de vida, é fluido, dinâmico, contendo materialidades e imaterialidades, configurando as territorialidades cotidianas, assentadas no lugar, tecendo modos de vida e saberes-fazer socioambientais voltados para a produção de territórios enraizados.

Com essa leitura, podemos entender que esse movimento nos ajuda a pensar a realidade a partir de outra perspectiva, ressignificando as relações socioambientais. Em que o lugar pode ser percebido e sentido a partir da interconexão, integração, incorporação e da interrelação sujeito-natureza-cosmo, de modo que se faz necessário, sentipensar as relações com a natureza, a partir do respeito aos povos, modos de vida, saberes-fazer que percebem e vivem nos territórios como lugar de vida.

Sentir e refletir sobre a nossa existência, respeitando a diversidade no ajuda a perceber as singularidades que se fazem presentes nas fronteiras ontológicas e epistemológicas do pensamento moderno/ocidental, desse modo em nossas pesquisas e ações, buscamos contribuir para a produção de saberes e relações como formas possíveis de habitar os territórios como lugar de vida, em favor do fortalecimento das sustentabilidade da vida (LEFF, 2011), contribuindo para a transformação social no/do lugar, em favor das pessoas que conformam essas lutas e territórios historicamente num movimento contra hegemônico e popular.

Nesse contexto, concordamos com Fals Borda (2015 [1962], 1978) e Escobar (2005), que defendem o retorno ao lugar, ao enraizamento, ao conhecimento local, como caminhos que permitem a construção de modos alternativos de produção e de vida que não sejam necessariamente capitalistas. A importância do lugar, como *locus* da perpetuação da cultura, das identidades e da resistência, bem como da auto-organização e da participação popular. Da mesma forma, que os saberes originados nos territórios a partir das lutas coletivas, possuem uma profundidade social e ontológica muito maior que os saberes produzidos na universidade, no sentido da promoção de transformações sociais voltadas para a própria comunidade (FALS BORDA 2015 [1998], 1967; ESCOBAR, 2011).

Ao buscamos construir relações sujeito-sujeito, a comunicação contínua passa a ser imprescindível, de modo a criar espaços de diálogos e trocas de saberes e fazeres que não podem ser previamente planejados. Assim, o que queremos dizer é que estamos



investigando, agindo, lendo, trabalhando, ouvindo e dialogando de modo respeitoso, resultando em movimentos participativos, que permitem a tomada de decisão pelo grupo envolvido, atendendo as demandas deste grupo e contando com a participação ativa dos sujeitos.

Ao realizarmos os encontros no formato de oficinas, estamos entendendo o lugar e os sujeitos sem desprezar as diferentes dimensões das relações que estes estabelecem com o meio onde vivem, seus limites e potencialidades. Estamos trabalhando a partir do lugar e das pessoas, com a intenção de contribuir com e para melhorar a vida das mesmas.

### Considerações finais

Na intenção de entender o território como lugar de vida, por meio da IAP sentipensando a coprodução de saberes-fazeres socioambientais no lugar, buscamos analisar as contribuições dos coletivos populares para a sustentabilidade da vida, nos termos de Leff (2011). Assim, nossa compreensão, volta-se para posturas participativas e solidárias que tecem relações sociedade-natureza.

Nesse sentido, nossa experiência de pesquisa-ação-participativa no CIMMAD, tem demonstrado possibilidades “outras”, de coprodução de saberes-fazeres socioambientais voltados para o cuidado ambiental no movimento de produção territorial nos lugares de vida. Desse modo, podemos observar esse movimento no contexto da nossa pesquisa de doutorado como um todo, por meio da observação participante, da cartografia social, pesquisa-ação e das oficinas, em que os sujeitos em diálogos de saberes, nos auxiliam na compreensão dessa temática.

Entre os aspectos observados, podemos destacar a importância das plantas medicinais para a prevenção de doenças e manutenção de saberes-fazeres da comunidade, a produção orgânica de verduras e legumes na horta comunitária, o acolhimento das crianças na instituição, sendo uma forma de auxílio para as famílias, bem como a oferta de alimentação saudável para as mesmas.

Sentipensar esse processo é um caminho para ressignificar as relações sociedade-natureza, percebendo formas “outras” de interação socioambiental, ligadas a preservação do meio ambiente como um todo, por meio das territorialidades cotidianas. Isso pode ser representado





por meio de formas simples de cuidado com a água potável, valorização e bom uso dos espaços de convivência, produção orgânica de alimentos e fortalecimento da auto-organização popular em torno da horta comunitária Amarbem/CIMMAD.

## Referências

ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, Héctor (org). **La Naturaleza colonizada**. Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011, p. 21-60.

BOACIK, Daniela, RUBIN-OLIVEIRA, Marlize e CORONA, Hieda, P. Pluriverso e Interculturalidade: Uma Construção de Diálogos além das Fronteiras. **Revista Integración Y Conocimiento**, v. 9, n. 2, 2020, p. 190- 208.

CICHOSKI, Pamela. **A interdisciplinaridade na pesquisa e na ação participativa**: contribuições de Orlando Fals Borda. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

CICHOSKI, Pamela e WEDIG, Josiane C. O papel das mulheres na organização dos movimentos sociais e no reavivamento das territorialidades locais. In: IV Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos V Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais IV Congresso De Direito à Cidade e Justiça Ambiental, 2022, Londrina. **Anais eletrônicos** [...] Londrina, 2022, p. 1 -13. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/sersocial/pages/arquivos/Congresso%202022/Ordem%20patriarcal%20de%20genero%20e%20relacoes%20sociais%20de%20sexo/6498-407536-56587-2022-04-03.pdf>. Acesso em: 08/06/23.

CICHOSKI, Pamela e RUBIN-OLIVEIRA, Marlize. Universidade, Território e Participação Social. Revista **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 17, n. 45, 2022, p. 24-53.

CICHOSKI *et. al.* Desenvolvimento Regional: Possibilidades de uma Abordagem Territorial Participativa. In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 10, 2021, Santa Cruz do Sul. **Anais eletrônicos** [...] Santa Cruz do Sul, 2021, p. 1 -17. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/21130>. Acesso em: 08/06/23.

ESCOBAR, Arturo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**. Buenos Aires, 2005, p. 6-24.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia**: Lugares, movimientos, vida, redes. Bogotá: Envió Editores, 2010.

ESCOBAR, Arturo. Ecología Política de la globalidade y la diferencia. In: ALIMONDA, Héctor (org). **La Naturaleza colonizada**. Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011, p. 61-92.

FALS BORDA, Orlando. Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla. **Simposio Mundial de Cartagena**, vol. 1, Bogotá, Punta de Lanza – Universidad de Los Andes, 1978, p. 209-249.





FALS BORDA, Orlando. El problema de como investigar la realidad para transformarla por la praxis. In: HERRERA FARFÁN, N y LOPÉZ GUSMÁN, L. (Org). **Ciencia, compromiso y cambio social**. Buenos Aires. 2014 [1997], p. 213 -239.

FALS BORDA, Orlando. Experiencias teórico-prácticas. In: **Una sociología sentipensante para América Latina**. Cidade do México: Siglo veintiuno, Clacso, 2015 [1998], p. 303-366.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos R. (org). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 8ªed, 3ª reimpressão, 2006 [1981], p. 42- 62.

FALS BORDA, Orlando. Reflexiones sobre la aplicación del método de estudio-acción em Colombia. In: HERRERA FARFÁN, N y LOPÉZ GUSMÁN, L. (Org). **Ciencia, compromiso y cambio social**. Buenos Aires. 2012 [1972], p. 241-252.

FALS BORDA, Orlando. El conflicto, la violencia y la estructura social colombiana. In: MONCAYO, V. M. **Orlando Fals Borda una Sociología Sentipensante para América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, ed. Século XXI, 2015 [1962], p.137-164.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais** (online), n 80, 2008, p. 115-147.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Revista Olhar de Professor**, v. 12, n. 2, 2011, p. 309-335.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n.22, v. 3, 2014.

MANSILLA, Pablo. Descolonizando el mapa: marcando presencias y ausencias Geográficas en cartografías de re-existencia. In: CATTANEO, Dilermando, CÂMARA Marcelo Argenta e SILVEIRA, Renata Ferreira da (org.). **Geografias das R-existências**. Ponta Grossa, PR: Monstro dos Mares, 2021.

MIGNOLO, Walter. **Desafios decoloniais hoje**. Epistemologias do sul, Foz do Iguaçu/PR, N. 1, 2017, p. 12-32.

QUIJANO, Anibal. Os fantasmas da América Latina. In: A. Novae. (Org), **Oito visões da América Latina**. São Paulo, Editora Senac SP, 2006, p. 49-86.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. SP: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos e SPOSITO, Eliseu. S. (org.). **Territórios e Territorialidades, teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. SP: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

SAQUET, Marcos. **Saber popular, práxis territoriais e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019.

SVAMPA Maristella. Modelos de desarrollo, cuestión ambiental y giro eco-territorial. In: ALIMONDA, Héctor (org). **La Naturaleza colonizada**. Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011, p. 181- 219.

2023

XI Seminário Internacional sobre

# Desenvolvimento regional

Desenvolvimento Regional  
em tempos de emergência  
climática: desafios e  
oportunidades



Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil  
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
Universidade de Santa Cruz do Sul

REALIZAÇÃO:  
Programa de Pós-Graduação  
Desenvolvimento  
Regional  
SANTA CRUZ DO SUL, RS

UNISC  
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

PARCERIA:

OBSERVATORIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL

4  
Quil

PATROCÍNIO:

CAPES

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonialidad: diferencia y nación de otro modo. In: **Desarrollo e interculturalidad, imaginario y diferencia**: la nación en el mundo andino. Quito: Academia de la Latinidad, 2006, p. 27-43.